

18 ABR 1986

JORNAL DO BRASIL

O poder e o regime

Ass. Const

JORNAL DO BRASIL

Luiz Orlando Carneiro

AS declarações do ministro Marco Maciel, na Escola de Guerra Naval, a favor do presidencialismo, criticando o parlamentarismo híbrido que tem a preferência da Comissão Afonso Arinos, provocaram, em Brasília, algumas censuras veladas. Afinal de contas — houve quem dissesse — não “fica bem” o chefe do Gabinete Civil manifestar-se sobre a tendência de uma comissão instituída pelo Presidente da República, com o objetivo de dar aos constituintes de 1987 um ponto de partida para a complexa missão de confeccionar uma nova Carta Magna.



Tal não é, no entanto, o pensamento de um outro membro também político do ministério, para quem o trabalho da Comissão Afonso Arinos deve ser respeitado como a contribuição mais séria à futura Constituinte, mas não como uma espécie de “pacote” do Executivo, apenas sujeito a emendas dos constituintes a serem eleitos em novembro.

As diretrizes dos comitês que trataram da matéria estão enfeixadas num documento sob o título geral “Regime do poder”. No documento, lê-se que “o regime de poder conveniente ao Brasil deve superar a antinomia presidencialismo/parlamentarismo, com a utilização dos valores positivos de um e de outro, graças a uma solução marcada pelo dualismo de complementaridade”.

O ministro Maciel — que antes de ser ministro é um político nacionalmente respeitado e cardeal do PFL — está opinando, paralelamente aos trabalhos da comissão, assim como estão se posicionando órgãos tão diversos como o PCB ou a CNBB (o PCB, através de um projeto de Constituição “misto-quente”, em que entra até o aborto — matéria de Código Penal; a CNBB, com suas “exigências cristãs para uma ordem constitucional”).

Por falar em CNBB, no início da semana, o bispo de Lins considerou inoportuna uma palestra que o ministro Funaro faria em Itaici, já que o colegiado estava discutindo “outros assuntos mais relevantes que a reforma econômica”. Como não se tratou, em Itaici, da infalibilidade papal ou do sacramento da penitência, presume-se que os bispos achem a Constituinte um assunto mais relevante do que a reforma econômica. O que, num plano

mais elevado, pode ser verdadeiro, mas no nível da realidade do país não parece ser.

A grande questão a ser debatida pela Constituinte deverá ser mesmo o “regime de poder”. E não se pode ignorar que a Constituinte será eleita e instalada num clima político muito denso, nada rarefeito. Se fosse instalada agora — acreditam os que fazem e respiram política — o presidencialismo sairia ganhando, exatamente porque foi por obra e graça de um presidente e de um ministro corajosos e decididos que o país chegou à desinflação, saindo de um sufoco ao qual parecia condenado para sempre. Pergunta-se, de outro lado, se, num regime parlamentarista ou híbrido, teria sido possível decretar-se o choque heterodoxo na economia, ou se as dificuldades de “coabitação” que a França de Mitterrand e Chirac já enfrenta não seriam muito mais críticas no Brasil.

Além do mais, como se vê neste período pré-convenções, a cabeça do brasileiro está muito mais ligada às eleições majoritárias do que às proporcionais. As coligações e os arranjos políticos em andamento visam, sobretudo, aos governos estaduais e às vagas no Senado, e só uma minoria se dá conta de que, dos 536 constituintes a serem eleitos, 479 são deputados (eleições proporcionais).

Se devem ser respeitadas as posições sinceras da maioria dos parlamentaristas da Comissão Arinos, a previsão é a de que, na hora da Constituinte, o “regime de poder” será decidido pelos caudatários dos eleitos pelo voto majoritário, tendo em vista as condições então reinantes de temperatura e pressão. Os comunistas, por exemplo, defendem hoje o parlamentarismo, como o defenderam em 1946, embora tenham sido presidencialistas em 1963, quando do plebiscito que devolveu a João Goulart a chefia do Governo, sepultando o parlamentarismo instituído em 1961 para tentar “resolver” a crise criada com a renúncia de Jânio Quadros. O governador Leonel Brizola e o ministro Marco Maciel são, pelo menos, coerentes. Sempre foram presidencialistas e são, cada um a seu modo, e em pólos opostos, presidencializáveis.

O presidente Sarney, que está dando certo, muito mais do que ele mesmo esperava, acabou com a inflação inercial e, por hábil inércia política (inércia, ainda aí, no sentido que a palavra tem na Física), acabará por esvaziar a tendência parlamentarista, se tudo der realmente certo, como espera a imensa maioria dos eleitores brasileiros.

Há 200 anos, Alexander Pope escreveu: “For forms of government, let fools contest, / that which is best administered is best” (tradução bem livre: “Que os tolos discutam as formas de governo; a melhor delas é a que é melhor administrada”).